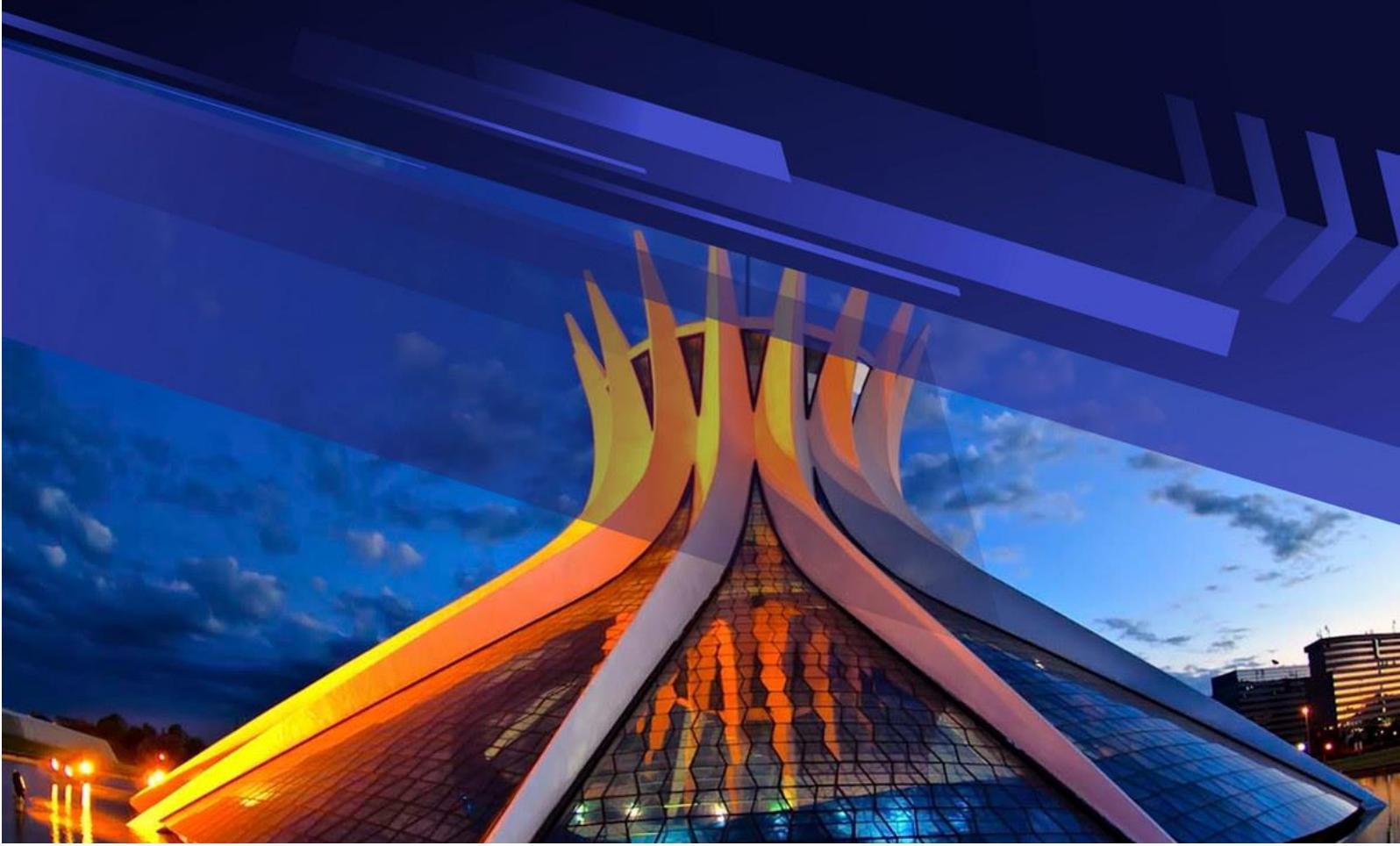




Estratégia
Concursos

5° SIMULADO

SEFAZ DF



Simulado Especial

SEFAZ - DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Sefaz-DF;
- 2 – A prova contém **160 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com alternativas certo/errado
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Sefaz-DF-11-01-20>

01 – C E	21 – C E	41 – C E	61 – C E	081 – C E	101 – C E	121 – C E	141 – C E
02 – C E	22 – C E	42 – C E	62 – C E	082 – C E	102 – C E	122 – C E	142 – C E
03 – C E	23 – C E	43 – C E	63 – C E	083 – C E	103 – C E	123 – C E	143 – C E
04 – C E	24 – C E	44 – C E	64 – C E	084 – C E	104 – C E	124 – C E	144 – C E
05 – C E	25 – C E	45 – C E	65 – C E	085 – C E	105 – C E	125 – C E	145 – C E
06 – C E	26 – C E	46 – C E	66 – C E	086 – C E	106 – C E	126 – C E	146 – C E
07 – C E	27 – C E	47 – C E	67 – C E	087 – C E	107 – C E	127 – C E	147 – C E
08 – C E	28 – C E	48 – C E	68 – C E	088 – C E	108 – C E	128 – C E	148 – C E
09 – C E	29 – C E	49 – C E	69 – C E	089 – C E	109 – C E	129 – C E	149 – C E
10 – C E	30 – C E	50 – C E	70 – C E	090 – C E	110 – C E	130 – C E	150 – C E
11 – C E	31 – C E	51 – C E	71 – C E	091 – C E	111 – C E	131 – C E	151 – C E
12 – C E	32 – C E	52 – C E	72 – C E	092 – C E	112 – C E	132 – C E	152 – C E
13 – C E	33 – C E	53 – C E	73 – C E	093 – C E	113 – C E	133 – C E	153 – C E
14 – C E	34 – C E	54 – C E	74 – C E	094 – C E	114 – C E	134 – C E	154 – C E
15 – C E	35 – C E	55 – C E	75 – C E	095 – C E	115 – C E	135 – C E	155 – C E
16 – C E	36 – C E	56 – C E	76 – C E	096 – C E	116 – C E	136 – C E	156 – C E
17 – C E	37 – C E	57 – C E	77 – C E	097 – C E	117 – C E	137 – C E	157 – C E
18 – C E	38 – C E	58 – C E	78 – C E	098 – C E	118 – C E	138 – C E	158 – C E
19 – C E	39 – C E	59 – C E	79 – C E	099 – C E	119 – C E	139 – C E	159 – C E
20 – C E	40 – C E	60 – C E	80 – C E	100 – C E	120 – C E	140 – C E	160 – C E

PORTUGUÊS

Um grande teste de sustentabilidade

Ao se considerar que a raça humana já está consumindo anualmente 50% a mais do que a Terra produz nesse período, torna-se forçoso planejar como conseguiremos alimentar toda a população prevista para o futuro – em 2050, de acordo com as estimativas, seremos mais de 9 bilhões. É quando pensamos nas variáveis envolvidas nessa questão que começamos a ter uma ideia do desafio à nossa frente.

Não basta pensar simplesmente em produzir alimentos para essa enorme quantidade de pessoas. A solução tem que levar em conta simultaneamente premissas como minimizar as emissões de gases de efeito estufa, inibir a expansão de áreas cultivadas, impedir a extinção de espécies animais e preservar a água. Além de aumentar o volume de alimentos produzidos nas terras agrícolas existentes, é necessário reduzir à metade o desperdício de comida registrado principalmente nas sociedades mais desenvolvidas.

Um fator comum aos estudos existentes, inclusive ao que deu origem à chamada “dieta da saúde planetária”, é que a criação de bovinos para abate nas atuais proporções precisa ser revista urgentemente. Esses animais realmente exercem uma pressão substancial sobre os recursos naturais – boa parte da produção agrícola mundial, aliás, é destinada a alimentá-los. E, no balanço final, os bovinos são responsáveis por apenas 33% das proteínas e 17% das calorias consumidas ao redor do mundo.

Isso significa que todos devem pensar em consumir apenas produtos de origem vegetal? É prematuro dizer isso. Previsivelmente, não há como impor de cima para baixo uma proposta como essa. Existem tradições, culturas, hábitos arraigados (o churrasco brasileiro é um exemplo) que não serão abandonados de uma hora para outra. Existe também toda uma cadeia econômica fundamentada na proteína animal que certamente vai lutar por sua sobrevivência nos moldes atuais. Mais cedo ou mais tarde, porém, teremos que encarar esse assunto. Em jogo está a nossa própria sobrevivência neste planeta.

(Eduardo Araia. Revista Planeta. Editorial, abril/maio, 2019. Adaptado)

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto.

01. Infere-se do texto que o ser humano não aprendeu a consumir apenas o necessário e deve haver uma redução drástica do desperdício de alimentos.
02. O texto apresenta elementos que o caracterizam como dissertativo-argumentativo.
03. Entende-se do texto que é precoce determinar que todos devam consumir apenas produtos de origem vegetal, tendo em vista os aspectos culturais e econômicos, por exemplo.

04. O acento indicativo de crase em “à nossa frente” (1º parágrafo) é facultativo, assim como também é na expressão “reduzir à metade” (2º parágrafo).
05. Ao se suprimir o sufixo “-mente” do vocábulo “urgentemente” (3º parágrafo), tal palavra muda a classe gramatical, mas mantém o sentido original.
06. Caso o advérbio “anualmente” (1º parágrafo) fosse isolado por vírgulas, a correção gramatical do trecho seria alterada.
07. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, os vocábulos “É” e “que”, localizados no último período do primeiro parágrafo, poderiam ser suprimidos, desde que fosse inserida uma vírgula imediatamente após a palavra “questão” e a palavra “quando” fosse grafada com inicial maiúscula.
08. A oração “que a raça humana já está consumindo anualmente 50%” (1º parágrafo) completa o sentido do verbo imediatamente anterior: “considerar”.
09. A fim de tornar a expressão “o churrasco brasileiro é um exemplo” (4º parágrafo) mais clara e de acordo com a norma culta, deve-se substituir o duplo parêntese por vírgulas.
10. A palavra “que”, em “tem que levar” (2º parágrafo) não é uma conjunção, mas apenas uma preposição dentro de uma locução verbal que transmite valor de necessidade, obrigação.

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Com relação aos aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, étnicos e sociais do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

11. Com a missão de impulsionar a ocupação demográfica e econômica da região central do país, Brasília tornou-se um polo de desenvolvimento da sua região de influência e também da região Centro-Oeste.
12. O recorte territorial e institucional da RIDE-DF - composto pelo Distrito Federal e por municípios de Goiás e Minas Gerais - foi recentemente ampliado e transformado em região metropolitana do Distrito Federal e do Entorno.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13. Dentro de um programa de *Compliance*, a implantação de um Canal de Denúncias independente, que garanta o anonimato e a confidencialidades das informações recebidas, é de extrema importância para a identificação de descumprimento de leis, regulamentações e normas, inclusive a lei anticorrupção.
14. No modelo de Estado patrimonialista, a diferenciação entre o público e o privado favorece as práticas de corrupção e de nepotismo.
15. O conceito de *Accountability* está associado com a necessidade de que os agentes públicos e o governo prestem contas aos cidadãos dos seus atos, que sejam responsáveis aos cidadãos e de que sejam transparentes no trato dos recursos públicos.
16. De acordo com Deming, devemos acabar com a prática de negócio compensador baseado apenas no preço. Em vez disso, minimizar o custo total. Insistir na ideia de um único fornecedor para cada item, desenvolvendo relacionamentos duradouros, calcados na qualidade e na confiança.
17. Os princípios do governo aberto, segundo a *Open Government Partnership* (OGP), incluem a transparência e participação do governo.
18. Uma barreira da comunicação é a percepção seletiva, que ocorre quando uma pessoa não quer dar uma má notícia ao seu superior ou só quer dizer e ele o que ele quer ouvir.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Acerca do processo de consolidação das contas públicas, julgue o item a seguir:

19. Existem dois processos de consolidação das contas públicas: a consolidação do Ente e a consolidação Nacional. O processo de consolidação nacional deverá incluir as contas cujo 5º nível apresenta os dígitos 1 (Consolidação), 3, 4 e 5 (Inter OFSS), e excluir as que apresentam o dígito 2 (Intra OFSS).
20. Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador. No âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o seu reconhecimento.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais nas entidades do setor público obedecem a critérios específicos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e também no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Sobre o assunto, julgue as assertivas a seguir.

21. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.
22. Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, os estoques mantidos para distribuição gratuita ou por valor irrisório.
23. Monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais são exemplos de bens do patrimônio cultural que devem ser reconhecidos e mensurados pela melhor estimativa de entrada de recursos para a entidade.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir.

24. O Balanço Orçamentário será elaborado utilizando-se a Classe 5 (Orçamento Aprovado), Grupo 2 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e a Classe 6 (Execução do Orçamento), Grupo 2 (Realização da Receita e Execução da Despesa) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
25. Segundo recomendação presente no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os dividendos ou distribuições similares recebidos devem ser classificados como fluxo de atividades de investimento, enquanto os dividendos e distribuições similares pagos devem ser classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque são custos da obtenção de recursos financeiros.
- Determinada entidade pública apresentou as seguintes informações referentes ao final do seu primeiro exercício financeiro.
- Aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 100.000,00;
 - Lançamento de impostos no valor de R\$ 60.000,00, sendo arrecadados R\$ 50.000,00;
 - Compra de imóvel a vista no valor de R\$ 35.000,00;
 - Recebimento de veículo em doação no valor de R\$ 10.000,00;
 - Despesas de água, luz e telefone no valor de R\$ 20.000,00, com valor total inscrito em restos a pagar.

Considerando os eventos acima, julgue o item que se segue acerca do fechamento de suas demonstrações contábeis.

26. O resultado patrimonial do exercício, relativo à demonstração das variações patrimoniais, foi superavitário em R\$ 30.000,00.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Julgue os itens abaixo de acordo com as regras previstas na Lei 8.666/1993.

27. **Situação hipotética:** Determinado órgão distrital, buscando capacitar seu quadro de servidores, deseja contratar serviços de aperfeiçoamento de pessoal. **Assertiva:** É viável a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a natureza singular do objeto e a notória especialização do profissional contratado.

28. Por força do princípio do julgamento objetivo, uma vez concluído o procedimento licitatório, a Administração estará impossibilitada de designar o objeto licitado à sociedade empresária diversa da vencedora.

Em relação às pessoas jurídicas que compõem a Administração Pública, julgue os itens que se seguem.

29. As fundações públicas, assim como as fundações privadas, resultam da personalização de um acervo de bens, aos quais é conferida uma finalidade social definida pelo seu instituidor.

30. Desde que o faça mediante lei específica, o legislador goza de ampla liberdade para a criação de empresas estatais destinadas à exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

31. Será aplicável o regime de precatório às empresas públicas prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial, como no caso do serviço postal prestado pelos Correios.

Tomando por base os preceitos atinentes aos atos administrativos, julgue os três itens a seguir.

32. **Situação hipotética:** Roberval, autoridade máxima de determinado órgão público, delegou a Dudu, seu subordinado, a competência para decidir quanto à obtenção de vista e cópia de documentos constantes de processos administrativos da repartição. **Assertiva:** Roberval responderá pelos

atos praticados por Dudu com fundamento na referida delegação de competência.

33. É considerado imperfeito o ato que, apesar de não se encontrar conformado às exigências legais, concluiu seu ciclo de formação e encontra-se produzindo efeitos.

34. Diferentemente do motivo de um ato administrativo, sua motivação está ligada ao requisito de forma.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Considerando o que determina a CF/88 e a jurisprudência a respeito da ação constitucional do *habeas corpus*, julgue o item que se segue:

35. O *habeas corpus* é incabível contra decisão judicial que determina a quebra de sigilo bancário, ainda que se trate de processo criminal.

No que diz respeito à construção doutrinária em torno dos limites à retroatividade da lei e à segurança jurídica, julgue o próximo item:

36. O processo de aquisição de direitos está sujeito ao que se denomina ciclo de formação, o qual, ao ser concluído, impede que a superveniência de norma legal venha a desconstituir a consolidação da aquisição desses direitos, seja a inovação proveniente de ato legislativo infraconstitucional ou, em alguns casos, até mesmo de manifestação do Poder Constituinte.

Julgue a afirmação que se segue, com base nas disposições constitucionais e no entendimento jurisprudencial acerca da repartição de competências entre os entes federados:

37. Os crimes de responsabilidade terão suas normas de processo e julgamento definidas pelas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Distritais e Municipais, conforme o caso, já que apenas serão de competência privativa da União matérias relacionadas ao direito penal, excluindo-se de sua esfera de atribuições legislativas as infrações meramente político-administrativas.

Com base no que estabelece a Constituição a respeito dos bens pertencentes às diferentes unidades federativas, julgue o enunciado abaixo:

38. As ilhas oceânicas e costeiras afetadas por unidade ambiental federal, caso sejam, também, sede de municípios, pertencerão a estes últimos.

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir:

39. As normas constitucionais de eficácia limitada não produzem qualquer tipo de efeito até a sua regulamentação por norma infraconstitucional.

Julgue a afirmação seguinte, a respeito do procedimento previsto para a Reforma Constitucional:

40. Os Estados e o Distrito Federal podem propor projetos de Emenda à Constituição, mas não poderão participar, ainda que indiretamente, do processo de deliberação e aprovação da mesma, função desempenhada, exclusivamente, pelo Congresso Nacional.

Sobre os Direitos Sociais, elencados na Constituição da República, julgue a afirmativa que se segue:

41. A relação entre a concretização de direitos e a tutela dos menos favorecidos por parte do Estado, bem como a previsão de intervenção e participação estatal na economia, fazem com que os direitos econômicos se situem entre os pressupostos de existência dos direitos sociais.

Julgue a próxima afirmativa, que se refere às espécies de Controle de Constitucionalidade Brasileiro:

42. O Congresso Nacional, no exercício de sua competência exclusiva para sustar os atos normativos expedidos pelo Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, realiza o que se denomina controle preventivo de constitucionalidade.

DIREITO CIVIL

43. Com relação aos direitos da personalidade, julgue o item a seguir:

A regra no ordenamento jurídico é a imutabilidade do prenome, um direito da personalidade que designa o indivíduo e o identifica perante a sociedade, cuja modificação revela-se possível, no entanto, nas hipóteses previstas em lei, bem como em determinados casos admitidos pela jurisprudência. Assim, não é possível a modificação do nome civil pelo simples fato do direito à dupla cidadania.

44. Com relação ao direito das coisas, julgue o item a seguir:

Aquele que exercer a posse de bem móvel, interrupta e incontestadamente, por cinco anos, adquire a propriedade originária do bem, fazendo sanar todo e qualquer vício anterior, de modo que é possível a usucapião de bem móvel proveniente de crime após cessada a clandestinidade ou a violência.

45. Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, julgue o item a seguir:

Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, de modo que constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

46. Com relação à sucessão testamentária, julgue o item:

No testamento, a cláusula de inalienabilidade vitalícia tem duração limitada à vida do beneficiário, não se admitindo o gravame perpétuo, transmitido sucessivamente por direito hereditário, mas as cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade tornam nulo o testamento que dispõe sobre transmissão causa mortis de bem gravado.

DIREITO EMPRESARIAL

47. Com relação ao direito societário, julgue o item subsequente.

De acordo com o Código Civil, o título do estabelecimento poderá ser objeto de alienação, já que não é personalíssimo.

48. Analise a situação a seguir:

Considerando as normas do regime tributário do SIMPLES Nacional e o disposto no Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte — Lei Complementar n.º 123/2006 —, julgue os itens a seguir.

Para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária deve, em cada ano-calendário, ter receita bruta inferior a determinado montante legal, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais eventualmente concedidos.

49. O contrato social da sociedade de alimentos Ltda., foi assinado em 13/3/2019 e entregue, para registro, à junta comercial em 13/5/2019. São sócios dessa empresa Antônio, com 40% das quotas, José, com 30%, e Pedro, com os 30% restantes. Em ato separado, o sócio Antônio foi nomeado como administrador.

Com base na situação hipotética acima e na legislação pertinente, julgue o seguinte item.

O nome empresarial sociedade de alimentos Ltda. possui proteção apenas no estado em que foi efetuado o registro da empresa. Caso essa empresa pretenda a proteção nos demais estados brasileiros, deverá solicitar o registro em todos os entes da federação.

DIREITO PENAL

50. A lei penal nova mais gravosa se aplica ao crime permanente, ainda que sua vigência seja posterior à cessação da atividade criminosa.

51. Incorre nas mesmas penas do crime de violação de sigilo funcional aquele que permite, mediante empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.

52. A pena será aumentada em um terço quando o autor do crime de peculato for ocupante de cargo em comissão em sociedade de economia mista.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Utilize as informações a seguir para resolver as questões 53, 54 e 55.

Em um mercado hipotético, que opera em concorrência perfeita, a quantidade demandada e a quantidade ofertada, com “p” representando o preço, estão descritas nas funções a seguir.

$$QD = 245 - 4p^2$$

$$QO = 20 + 5p^2$$

53. Se o preço for fixado em 4, haverá excesso de demanda.

54. A quantidade de equilíbrio será de 145 unidades.

55. A alteração da função de oferta para “ $40 + 5p^2$ ” é compatível com a hipótese de aumento dos custos de produção, *ceteris paribus*.

56. Se a função de utilidade do consumidor é representada $u(X1, X2) = X1 + X2$, então os bens $X1$ e $X2$ são complementares.

57. A existência de falhas de mercado é causa de ineficiência no sentido de Pareto. São exemplos de falhas de mercado: bens públicos, externalidades positivas, informação assimétrica e mercados incompletos.

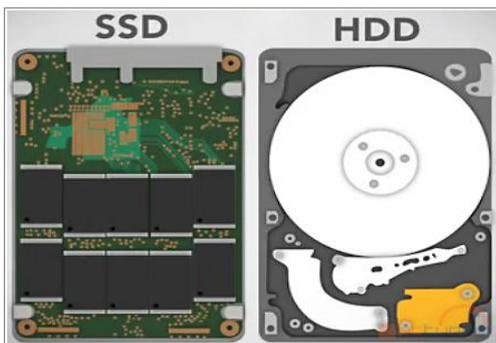
58. Do ponto de vista econômico, o Estado, para cumprir sua função distributiva, pode fazer uso da política fiscal, empregando tributos progressivos para financiar a previdência social.

59. O imposto de renda, responsável pela maior parte da arrecadação da União, é um exemplo de tributo progressivo, uma vez que sua alíquota aumenta conforme aumenta a base de cálculo. Contudo, o sistema tributário brasileiro é essencialmente regressivo.

60. Uma economia tem as seguintes características (em bilhões de unidades monetárias): papel moeda em poder do público: 500; reserva bancária: 200; depósitos à vista em bancos comerciais: 3.000. Nessa economia, o valor do multiplicador monetário é igual a 6.

61. O multiplicador keynesiano da tributação possui sinal negativo, indicando que tanto a renda agregada se movimenta na direção oposta da tributação.

62. A necessidade de reformas previdenciárias costuma ser decorrente de mudanças demográficas e econômicas que provocam desequilíbrios financeiros nos planos de previdência, das quais se destaca o envelhecimento da população e as quedas na taxa de natalidade. A reforma recém-aprovada no Brasil possui caráter paramétrico, pois altera o regime financeiro adotado no Regime Geral da Previdência Social.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sobre sistemas operacionais e armazenamento de dados julgue o item a seguir

63. O núcleo de um sistema operacional contém os componentes de *software* que realizam as funções mais básicas necessárias para a instalação do computador. Uma dessas unidades é o gerenciador de arquivos, cujo trabalho é coordenar o uso dos recursos de armazenamento em massa de uma máquina.
64. O disco rígido é um dispositivo de armazenamento ainda bastante utilizado. Sua qualidade interfere diretamente na velocidade de execução de tarefas pelo computador. As principais medidas das qualidades de um disco são capacidade, tempo de acesso, taxa de transferência de dados e confiabilidade.

Sobre protocolos usados na internet, avalie a afirmação a seguir

65. HTTPS é a implementação do SSL sobre o HTTP (*HyperText Transfer Protocol*), protocolo que efetivamente faz a internet funcionar, criando o termo *HyperText Transfer Protocol Secure*. Ele é facilmente localizado na barra de endereço de provedores de e-mail e bancos online. Entretanto, nem todos os navegadores modernos utilizam o famoso cadeado na barra de status para indicar que o site acessado no momento é seguro.

Sobre o *Office*, avalie as assertivas a seguir.

66. Na aba *Layout* do *Word* existe uma opção para definir o espaçamento entre parágrafos que pode definir o espaço exibido entre os parágrafos selecionados. O espaçamento é medido em pontos e deve ter o mesmo valor para o espaçamento antes e depois.

Sobre os processos do PMBOK 5ª edição avalie o item a seguir:

67. O grupo de processos de execução consiste dos processos realizados para executar o trabalho

definido no plano de gerenciamento do projeto para satisfazer as especificações dele. Este grupo de processos envolve coordenar pessoas e recursos, gerenciar as expectativas das partes interessadas, e integrar e executar as atividades do projeto.

Gerenciamento de desempenho de processos é uma jornada – precisa evoluir conforme o negócio evolui. A capacidade para realizar o gerenciamento de desempenho de processos e obter os resultados esperados está diretamente relacionada ao nível de maturidade em processos da organização. Sobre o gerenciamento de processos de negócio julgue o item a seguir:

68. Métrica está diretamente relacionada à quantificação de dados em um padrão e qualidade aceitáveis (precisão, completude, consistência e temporalidade). Medida normalmente representa uma extrapolação ou um cálculo matemático resultando em um valor derivado. Já um indicador é uma representação simplificada ou intuitiva de uma medida ou métrica comparando com um objetivo declarado.

Sobre a Estratégia de serviços do ITIL v.3, avalie o item que se segue.

69. Um acordo de nível de operacional é firmado entre o provedor de serviço de TI e um cliente. Neste documento é descrito o serviço de TI, as metas de nível de serviço e a especificação das responsabilidades do provedor de serviços de TI e do cliente.

Sobre os conceitos de ETL – Extração, Transformação e Carga julgue o item a seguir.

70. No processo de *data warehousing*, a extração, transformação e carga (ETL) consiste na extração, ou seja, leitura de dados de um banco de dados, transformação, ou seja, conversão dos dados extraídos de sua forma anterior na forma em que precisam estar, para que sejam colocados em um data warehouse ou apenas em outro banco de dados e carga, ou seja, colocação dos dados no data warehouse.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

71. Um capital de R\$ 6.500,00 é aplicado por 20 dias a uma taxa de 3% ao mês. Nessa situação, o montante calculado pelo regime composto será superior ao montante calculado pelo regime de capitalização simples.

72. A quantia de R\$ 2.000,00 foi aplicada à taxa de juros simples de 4% ao mês. Nessa situação, em menos de dois anos o montante auferido será o dobro da quantia inicial aplicada.

73. Guilherme investiu R\$ 2.000,00 em uma aplicação com uma taxa nominal anual de juros de 18%, pelo período de 6 meses, com capitalização bimestral. Nesse caso, ao final do período de capitalização, o montante será inferior a R\$ 2.200,00.

ESTATÍSTICA

Com relação à Teoria da Amostragem, julgue o item a seguir.

74. Ricardo Vale encomendou uma pesquisa entre os alunos do Estratégia. Ele recomendou que a população de alunos fosse dividida em conjuntos disjuntos de acordo com intervalos de idade e que fossem realizadas amostras aleatórias simples em cada um desses conjuntos. Esse tipo de amostragem é denominado Amostragem por Conglomerados.

O Estratégia realizou uma pesquisa para monitorar a qualidade de um serviço realizado por um de seus professores. Os possíveis valores para o indicador X , que é a variável em estudo, são elementos do conjunto $\{1, 2, 3, 4, 5\}$. Uma amostra aleatória de cinco alunos apontou os seguintes indicadores: 4, 4, 3, 4, 5. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

75. A variância amostral foi igual a 0,4.

76. O primeiro quartil é inferior a 4.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Acerca da lógica sentencial, julgue os itens que se seguem.

77. A negação da proposição “Se a aula será transmitida ao vivo no Youtube, então não ficará disponível” é equivalente à proposição “A aula não será transmitida ao vivo no Youtube ou não ficará disponível”.

78. A proposição $\neg[P \wedge (\neg Q)] \leftrightarrow [(\neg Q) \rightarrow (\neg P)]$ é uma tautologia.

79. Se é verdadeira a proposição $P \wedge Q$, então será verdadeira a proposição $P \vee Q$.

80. Se uma proposição na estrutura condicional, isto é, na forma $P \rightarrow Q$, em que P e Q são proposições simples, for verdadeira, então o conseqüente será necessariamente verdadeiro.

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

Texto: em auditoria fiscal na empresa Constrói-e-cai, prestadora de serviços de conservação, reparação e reforma de edifícios, o auditor fiscal Walter Casagrande Jr. avaliou a base de cálculo do ISS utilizada pela empresa constante de seus registros contábeis e fiscais.

Considerando a situação acima, julgue os itens a seguir:

81. O ilustre auditor “Casão” concluiu que o contribuinte agiu erradamente ao deduzir da base de cálculo do ISS o valor dos materiais por ele fornecidos, sendo que os materiais não se incorporaram diretamente à obra, tendo conservado sua identidade física.

Texto: Ao examinar os livros e registros contábeis da empresa *Toro Rosso*, o Auditor-Fiscal *Randy Mamola* constatou que havia um saldo de R\$ 90.000,00 na conta do Passivo Circulante, denominada Empréstimos e Financiamentos. Verificou, ainda, que os únicos dois lançamentos na conta foram o relativo à contratação, em que a empresa constituiu uma dívida de R\$ 120.000,00; e um outro registro, no valor de R\$ 30.000,00, referente ao pagamento de uma parcela da dívida. Em procedimento de circularização com a instituição financeira, concluiu que a dívida contraída se referia a um empréstimo para obtenção de capital de giro, a ser pago em quatro parcelas de R\$ 30.000,00 cada, e que todas elas haviam sido pagas ao banco, em dinheiro e na mesma data.

Acerca da situação acima reportada, julgue os itens a seguir:

82. No caso em tela, é correto afirmar que o auditor fiscal constatou a existência de um passivo oculto.

83. O fenômeno observado pelo auditor fiscal pode configurar hipótese de presunção legal de omissão de receita.

Texto: ao conferir o estoque de contribuinte localizado no Distrito Federal, o Auditor-Fiscal Boris Becker chegou à conclusão de que havia R\$ 40.000,00 no almoxarifado a mais do que acusavam os registros contábeis. A empresa declarou formalmente que não tinha como explicar tal diferença.

84. Em relação aos fatos narrados, é correto afirmar que o foi observado um ativo oculto.

85. Nesse caso, o fenômeno observado pelo auditor fiscal não pode configurar hipótese de presunção legal de omissão de receita.

No que se refere à auditoria para os Estoques, julgue os itens a seguir:

86. Se o acompanhamento da contagem física dos estoques for impraticável, o auditor deve aplicar procedimentos alternativos para obter evidência apropriada e suficiente com relação à existência e às condições do estoque. Se isso não for possível, o auditor deve retirar-se do trabalho.

87. O acompanhamento da contagem física dos estoques envolve a observação do cumprimento das instruções da administração e da execução de procedimentos para registrar e controlar os resultados da contagem física dos estoques.

Texto: ao examinar a conta empréstimos a pagar, o auditor independente constatou que um financiamento foi registrado indevidamente na conta fornecedores a pagar. Tal problema foi detectado pelo confronto dos contratos de financiamento com os valores efetivamente contabilizados na conta empréstimos a pagar. Com base na situação apresentada, julgue os itens a seguir:

88. Para detectar o problema, o auditor realizou o teste principal para subavaliação de uma conta do passivo e teste secundário de superavaliação para outra conta do passivo.

89. No teste para subavaliação, geralmente, o auditor parte do razão geral para o documento de suporte, agindo de forma contrária ao do teste de superavaliação.

Em relação aos conceitos de evidência e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir:

90. Suficiência é a medida da qualidade da evidência de auditoria. A quantidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos

riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.

91. O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

92. As indagações podem incluir tanto indagações escritas formais quanto indagações orais informais.

93. Em auditoria, a evidência fornecida em forma de documentos é, geralmente, tão confiável quanto a evidência obtida verbalmente.

Acerca da Seleção de itens para aplicação de testes para obtenção de evidências e da Amostragem em Auditoria, julgue os itens a seguir:

94. Um exame de 100% dos itens pode ser apropriado quando, por exemplo, existe um risco significativo e outros meios não fornecem evidência de auditoria suficiente e apropriada.

95. Na aplicação de teste de controles, o auditor pode chegar a uma conclusão errônea por considerar que os controles são menos eficazes do que realmente são. Esse tipo de conclusão errônea afeta a eficácia da auditoria porque é provável que leve a uma opinião de auditoria não apropriada.

96. Em circunstâncias extremamente raras, quando o auditor considera que uma distorção ou um desvio descobertos na amostra são anomalias, o auditor deve obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou esse desvio sejam representativos da população.

97. Exemplos de risco não resultante da amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Em relação ao desenvolvimento do Plano de Auditoria, julgue os itens a seguir:

98. O auditor deve desenvolver o plano de auditoria, que deve determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.

99. Havendo incompatibilidade ou imprevisto, tanto o plano de auditoria quanto a estratégia global devem ser alterados.

Em relação aos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, julgue o item a seguir:

100. Embora os meios para consecução de seus objetivos sejam distintos, os fins dos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente são semelhantes.

CONTABILIDADE GERAL

101. Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados. Para tanto, deve ser indicada a sua natureza e não ultrapassar 5% do valor do respectivo grupo de contas. Entretanto, é vedada a utilização de designações genéricas.

102. As contas adiantamento de clientes, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e aluguéis ativos possuem a característica similar de possuir natureza credora.

103. Nos termos da legislação societária (Lei nº 6.404/76), a companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto.

104. O capital autorizado representa o capital fixado no estatuto ou contrato social, para que sócios possam subscrever as ações ou cotas em que divide o capital social.

105. As reservas para contingências são constituídas para fazer frente a perdas cíclicas, que se repetem no tempo e que, portanto, são previsíveis.

receitas, despesas e resultados	(em R\$)
faturamento	543.200
IPI no faturamento	(27.000)
resultado bruto	325.000
receita bruta de vendas	516.200
receita líquida de vendas	456.500
custo da mercadoria vendida	(131.500)

Considerando as informações acima, extraídas da demonstração do resultado ao final do exercício social de determinada empresa comercial, julgue o item subsequente.

106. As deduções da receita são superiores a R\$ 60.000,00.

Dados do Balanço Patrimonial (em R\$)		
	20X2	20X1
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.000	5.000
Duplicatas a Receber	40.000	60.000
Estoques	80.000	60.000
Investimentos (longo prazo)	12.000	10.000
Imobilizado	90.000	70.000
Depreciação Acumulada	(30.000)	(30.000)
Total do Ativo	197.000	175.000
Fornecedores	80.000	40.000
Financiamentos (longo prazo)	20.000	50.000
Capital Social	80.000	70.000
Reservas de Lucros	5.000	3.000
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	185.000	163.000

Dados da Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$)	
	20X2
Receita Bruta de Vendas	200.000
Custo da Mercadoria Vendida	(150.000)
Despesas de Vendas	(15.000)
Despesas Administrativas	(10.000)
Despesas Financeiras	(5.000)
Despesas de Depreciação	(8.000)
IR/CSLL	(1.000)
Lucro Líquido	11.000

Considerando esses dados, sabendo-se que as despesas financeiras não foram pagas, julgue o item subsequente:

107. Ao ser elaborada a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais apresenta valor menor que R\$ 60.000,00.

108. Acerca da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) julgue o item a seguir:

Um dos principais componentes da riqueza criada pelas companhias são as receitas. Para fins de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as receitas referentes a venda de mercadorias, produtos e serviços corresponde ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

109. Em uma economia inflacionária, se a empresa avaliar seus estoques pelo critério PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai), o estoque e o lucro bruto serão maiores do que se fossem avaliados pelo critério UEPS (Último que Entra, Último que Sai).

110. O passivo contingente caracteriza-se por uma saída de recursos provável, tendo por consequência a não contabilização no Balanço Patrimonial, sendo necessária apenas a sua divulgação em notas explicativas. Na existência de saída de recursos remota, a divulgação não é necessária.

111. Segundo o CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

112. A Cia. Farroupilha S.A. obteve, em 01/12/20X1, um empréstimo no valor de R\$ 1.000.000,00 para pagamento integral (principal e juros) em 30/11/20X2 e taxa de juros compostos de 8% ao ano. Os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 50.000,00. Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado, ao reconhecer este empréstimo obtido, em 01/12/20X1, a Cia. Farroupilha S.A. aumentou o seu passivo total em R\$ 950.000,00

CONTABILIDADE DE CUSTOS

113. Acerca dos métodos de custeio das entidades comerciais e das operações que envolvem resultado do período, julgue o item subsequente.

Pode-se inferir que no custeio variável a entidade deve considerar apenas os custos variáveis na avaliação dos estoques, reconhecendo os custos fixos diretamente no resultado do período, assim como as despesas.

114.

Conta	R\$ (em milhões)
Caixa em 1º/10/2019	16.800
Caixa em 31/10/2019	28.700
Receita Bruta de Vendas	80.000
Gastos indiretos de fabricação	800
Despesas Administrativas	3.000
Despesas Gerais	2.500
Tributos sobre vendas	6.500
Salários de empregados da indústria	1.900
Aquisição de matéria-prima	2.200
Seguros sobre compra de matéria-prima	350
Frete sobre compra de matéria-prima	450
Estoque de Produtos Acabados em 1º/10/2019	2.000
Estoque de Produtos em Elaboração em 1º/10/2019	2.100
Estoque de matéria-prima em 1º/10/2019	2.600
Estoque de Produtos Acabados em 30/10/2019	1.300
Estoque de Produtos em Elaboração em 30/10/2019	1.300
Estoque de matéria-prima em 30/10/2019	1.500

Com base na tabela acima, que apresenta informações referentes aos saldos de contas do mês de outubro de 2019, de determinada indústria, e considerando-se que ela adota o custeio por absorção, julgue a assertiva a seguir:

O custo primário da referida indústria foi de R\$ 4.900 (em milhões).

115. Situação hipotética: Uma empresa que fabrica um único produto A, indica um custo padrão unitário de R\$ 19,50 para o referido produto, sendo que para o custo de mão de obra direta a taxa padrão é de R\$ 1,50. Em determinado período, quando foram produzidas 1.500 unidades do produto A, verificou-se uma variação desfavorável de taxa de mão de obra direta de R\$ 1.895,00 e uma variação total favorável desse custo de R\$ 1.930,00.

Assertiva: Dessa forma, pode-se inferir que a taxa efetivamente paga por hora de mão de obra direta foi superior a R\$ 1,65.

DIREITO FINANCEIRO

- 116.** Empréstimos compulsórios são classificados como tributos, segundo a teoria pentapartite, adotada no Direito brasileiro. Portanto, caso determinado ente público institua empréstimo compulsório, tal recurso será classificado como receita corrente.
- 117.** Legislar sobre o Direito Financeiro, conforme disposição expressa, cabe apenas à União, Estados e Distrito Federal, cabendo aos Municípios apenas a suplementação da legislação no que couber.
- 118.** As dotações orçamentárias e os créditos abertos para pagamento de precatórios serão descentralizados pelo Poder Executivo ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.
- 119. Situação hipotética:** José, detentor de precatório do Município de Vale Verde no valor de R\$ 500.000,00, deseja adquirir um imóvel público de R\$ 100.000,00 que está sendo alienado pelo município em questão. **Situação hipotética:** Nesse caso, José poderá entregar parte do precatório para pagamento da aquisição do imóvel.
- 120.** Respeitada a regra de ouro, é possível a aplicação de receita de capital em custeio de despesa corrente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 121.** Como regra, aplica-se ao lançamento a lei vigente na data da ocorrência do fato gerador, salvo quando houver uma nova lei mais benéfica ao contribuinte.
- 122.** A obrigação tributária acessória fica suspensa uma vez suspensa a exigibilidade do crédito tributário, desde que nas hipóteses previstas no art. 151, do CTN.
- 123.** De acordo com a Constituição Federal, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo ou multa tributária com efeito de confisco.

- 124.** O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no Código Tributário Nacional.
- 125.** A imunidade recíproca intergovernamental veda aos entes federativos a cobrança de tributos referente ao patrimônio, renda e serviços uns dos outros.
- 126.** O Código Tributário Nacional (CTN), em cumprimento ao disposto no art. 146, III, da CF/88, exerce a função de norma geral em matéria de legislação tributária. Nesse sentido, tomando como base as definições do CTN, julgue o item a seguir: determinado convênio celebrado entre dois Municípios, tratando sobre as relações jurídicas relativas aos tributos de sua competência, entra em vigor na data neles prevista.
- 127.** Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio.
- 128.** As taxas poderão, excepcionalmente, ter base de cálculo própria de impostos.
- 129.** A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- 130.** Considere a seguinte situação hipotética: A empresa varejista ABCD, localizada no Estado da Bahia, é especializada em vendas pelas internet. No dia 22/07/2019, a empresa realiza venda de um smartphone para um cliente, localizado no Estado do Sergipe. Em conformidade com as recentes alterações promovidas nas normas constitucionais relativas ao ICMS, responda o seguinte item: na operação interestadual em epígrafe deverá ser aplicada a alíquota interna do Estado de origem.
- 131.** Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

- 132.** A opção pelo Simples Nacional implica o recolhimento dos impostos e contribuições seguindo a sistemática desse regime tributário que foi instituído pela Lei Complementar 123/2006, porém não abrange o ICMS nas operações sujeitas à tributação concentrada em uma única etapa (monofásica).
- 133.** Determinada empresa que fature anualmente R\$ 4.000.000,00, e que exerça a venda por atacado de refrigerantes, poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional.
- 134.** De acordo com o Código Tributário Nacional, não está sujeita ao sigilo fiscal a divulgação de informações dos sujeitos passivos relativas ao parcelamento de seus débitos.
- 135.** Os Estados estão obrigados a repartir 50% da receita auferida com a arrecadação do imposto incidente sobre as transmissões causa mortis e doações (ITCMD).

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ICMS)

- 136.** A lei 5.005/12 instituiu as condições e os procedimentos de apuração do ICMS de maneira especial para os contribuintes industriais, atacadistas ou distribuidores. O contribuinte regido por esta Lei deve definir o preço de venda das mercadorias com agregação de encargos e despesas operacionais em percentual não inferior a 5% sobre o valor da nota fiscal relativa à última entrada das mercadorias vendidas.
- 137.** De acordo com a LC 833/11, o pedido de parcelamento de crédito constitui confissão extrajudicial irretroatável e irrevogável do débito e aceitação plena e irrestrita das condições estabelecidas no Código de Processo Civil.
- 138.** A transmissão de bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime bens do casamento, é hipótese de isenção do ITCD.
- 139.** De acordo com o Decreto 39.789/19, a EFD ICMS-IPI, para todos os efeitos, constituirá declaração de débito e confissão de dívida quando houver escrituração de obrigações tributárias a recolher.
- 140.** A base de cálculo do IPVA de veículo novo importado do exterior é o valor constante do documento de importação, acrescido dos valores dos tributos incidentes e quaisquer despesas aduaneiras devidos pela importação, por ocasião do

desembaraço aduaneiro, desde que recolhidos pelo importador.

- 141.** Sobre o veículo transferido de outra unidade federada se exigirá o IPVA para o Distrito Federal, inda que integralmente recolhido, no exercício da transferência, ao Estado de origem.
- 142.** O contribuinte ou o responsável pelo recolhimento do imposto poderá ser submetido ao Sistema Especial de Controle, Fiscalização e Arrecadação, nas hipóteses de reincidência ou de prática reiterada de infrações à legislação tributária, ou quando notificado para exibir livros e documentos, não o fizer nos prazos concedidos.
- 143.** O Sistema Especial de Controle, Fiscalização e Arrecadação consistirá, dentre outras possibilidades, em plantão permanente no estabelecimento e/ou proibição de emissão de documentos fiscais não visados pelo Fisco.
- 144.** Infrações à legislação são punidas com diversas penalidades dentre elas a multa, cuja imposição exclui o cumprimento da obrigação acessória correspondente.
- 145.** Para fins de creditamento do ICMS, presume-se alheia à atividade do estabelecimento todas as obras de arte, exceto quando diretamente vinculados aos seus objetivos sociais.^[1]
- 146.** O saldo credor acumulado não prescrito pode ser imputado pelo contribuinte a qualquer estabelecimento deste mediante emissão de nota fiscal.
- 147.** Fica excluída da base de cálculo do imposto o valor da gorjeta relativa ao fornecimento de alimentação e bebidas por bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares, desde que limitada a 15% do valor da conta.
- 148.** Quando o serviço de transporte estiver em situação irregular, o local da prestação do serviço de transporte será aquele em for iniciada a prestação.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ISS)

- 149.** De acordo com a legislação do Distrito Federal, analise e julgue a seguinte situação:
Pedro tem 65 anos de idade e é aposentado com 1 salário mínimo mensal. Sabe-se que ele é proprietário de um único imóvel localizado no Distrito Federal com área construída de 100m², onde reside com sua família, não sendo possuidor de

qualquer outro imóvel. Diante do exposto, pode-se afirmar que Pedro terá isenção do IPTU sobre referido imóvel.

150. No que diz respeito ao Cadastro Imobiliário, o Regulamento do IPTU estabelece obrigações para alguns órgãos da Administração Pública do DF que realizam atividades relacionadas a imóveis e, portanto, que podem fornecer informações úteis ao Cadastro Imobiliário Fiscal. Neste contexto, pode-se fazer a seguinte afirmação:

As Divisões de Licenciamento e Fiscalização de Obras das Administrações Regionais devem encaminhar à Secretaria de Estado de Fazenda, até o dia quinze de cada mês, a relação dos alvarás de construção e das cartas de “habite-se” expedidos no mês anterior.

151. De acordo com a legislação relativa ao ITBI no Distrito Federal (Lei nº 3.830, de 2006, e o Regulamento do ITBI), é de 2% a alíquota do imposto, o qual poderá ser pago em até 30 dias contados da data da celebração do ato ou contrato, tratando-se de transmissão por instrumento particular.

152. De acordo com a Lei nº 3.830, de 2006, o Imposto é lançado, de ofício ou mediante declaração do sujeito passivo, e pago na forma e prazos estabelecidos no regulamento. Nesse sentido, tendo em vista o disposto no Regulamento do ITBI, pode-se afirmar que o pagamento do ITBI será realizado sempre em quota única.

153. De acordo com o Regulamento do ISS no Distrito Federal (Decreto nº 25.508, de 2005), a prestação de serviços de transporte público de passageiros de natureza estritamente municipal, assim entendido aquele prestado mediante concessão ou permissão e fiscalização do poder público, tem previsão de alíquota específica.

154. De acordo com a legislação do Distrito Federal, no contexto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, considera-se estabelecimento prestador o local, público ou privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

155. Com relação à Contribuição de Melhoria, sabe-se que seu fato gerador está relacionado à execução de obra pública da qual resulte em valorização imobiliária. Quanto à sujeição passiva e eventual responsabilidade pelo seu pagamento, julgue a assertiva a seguir:

O proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento é responsável pelo pagamento da contribuição de melhoria, não transmitindo referida responsabilidade aos adquirentes ou sucessores a qualquer título.

156. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública, que foi instituída para custear os serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal, pode-se afirmar quanto à sujeição passiva que:

Contribuinte é o titular ou responsável por unidade consumidora constante do cadastro da concessionária de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL, exceto os da classe rural e iluminação pública.

157. De acordo com a legislação da Taxa de Limpeza Pública (TLP) no Distrito Federal, o pagamento da taxa poderá ser feito em até três parcelas isoladamente ou em conjunto com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

158. De acordo com o Código Tributário do Distrito Federal - CTD (Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 1994, com alterações posteriores), julgue a seguir:

As multas ou parte das multas pagas anteriormente à vigência da lei que abolir ou diminuir a pena fiscal serão restituídas.

159. De acordo com a Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011 (Lei do PAF, com alterações posteriores), pode-se afirmar que:

Os bens e mercadorias retidos ou apreendidos serão liberados somente após o pagamento do imposto e das multas devidos.

160. De acordo com a Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011 (Lei do PAF, com alterações posteriores), o saneamento do processo de restituição compete à autoridade designada em ato do Poder Executivo e será concluído no prazo de 30 dias

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Sefaz-DF-11-01-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE